

Conselho Estadual de Educação

Presidente: Rosane Marques Crespo Costa
PORTARIA Nº 12, de 19 de junho de 2017

Institui Comissão Verificadora
A Presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Instituir comissão, composta pelo Professor Rodrigo Suzana Guimarães – FUMEC e pela assessora Enilda Costa Fagundes, para, sob a presidência do primeiro, verificar inloco as condições de funcionamento do curso de Direito – Bacharelado ministrado pela UEMG, em Ituiutaba, tendo em vista o pedido de renovação do reconhecimento. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017.

a) Rosane Marques Crespo Costa – Presidente

19 975183 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Christiane Neves Procópio Malard

Expediente

ATO Nº 201/2017

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA o afastamento da defensora pública LILIANA SOARES MARTINS FONSECA, Madep 629, sem ônus para a Administração, nos dias 28 a 30 de junho de 2017, para participar do Encontro Nacional dos Defensores do Juri, em Florianópolis/SC, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2017.

Christiane Neves Procópio Malard

Defensora Pública-Geral

19 975319 - 1

ATO Nº 200/2017

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA o afastamento do defensor público MARCO TULIO FRUTUOSO XAVIER, Madep 733, sem ônus para a Administração, nos dias 27 a 30 de junho de 2017, para participar do Encontro Nacional dos Defensores do Juri, em Florianópolis/SC, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2017.

Christiane Neves Procópio Malard

Defensora Pública-Geral

19 975320 - 1

ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

ATO Nº 195/2017

ALTERA O NOME, à vista de documentos apresentados, da Defensora Pública:

0813, Clarissa da Silva Lima, para Clarissa Lima Calili.

ATO Nº 192/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos do art. 9º, inciso XXI da Lei Complementar nº 065, de 16 de janeiro de 2003, por oito dias, a Defensora Pública:

0813, Clarissa Lima Calili, a partir de 12/05/17.

16 974842 - 1

ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL Nº 199/2017

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no artigo 9º, XVI, ‘a’, da Lei Complementar Estadual n.º 65, de 16 de janeiro de 2003, designa o Defensor Público Dr. Alexandre Perin da Paz, MADEP nº 807-D/MG, para ajuizar ação de retificação de registro civil de nascimento, perante o Juízo da Comarca de Cachoeira de Minas-MG, voluntariamente, sem ônus para a Administração, em favor da assistida RFC.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017.

Christiane Neves Procópio Malard

Defensora Pública-Geral

19 975318 - 1

Deliberação nº 012/2017 (Republicada para correção de data)

Dispõe sobre a revisão do Anexo I, da Deliberação 011/2009, relativamente à Defensoria de Barbacena.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94, alterada pela Lei Complementar Federal nº 132/10 e na Lei Complementar Estadual nº 65, artigo 28, inciso I e com base no procedimento nº 034/2016, reunido em sua 5ª sessão ordinária de 2017, realizada no dia 02 de junho de 2017, DELIBERA:

Art. 1º - Indeferir, à unanimidade, o pedido contido no procedimento nº 034 de 2016, de alteração da divisão abstrata dos cargos da Defensoria de Barbacena.

Art. 2º. A presente deliberação entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2017.

Christiane Neves Procópio Malard

Presidente do Conselho Superior

19 975211 - 1

RESOLUÇÃO N. 116/2017

Dispõe sobre a dispensa e designação de Defensores Públicos para o exercício da função de Coordenação Local da Defensoria de Três Pontas-MG.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 9º, incisos XII, XVI, alínea “d”, e em observância ao disposto no art. 42, *caput*, todos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003 e no art. 10 da Deliberação nº 011/2009 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar o Defensor Público Gustavo Trindade Pimenta, Madep 618, das funções de Coordenador Local da Defensoria de Três Pontas-MG, designando-o para o exercício das funções de Coordenador Local Substituto da mesma Defensoria.

Art. 2º. Designar o Defensor Público Alessandro Júnior de Carvalho, Madep 680, para exercer as funções de Coordenador Local da Defensoria de Três Pontas-MG, dispensando-o das funções de Coordenador Local Substituto da mesma Defensoria.

Art. 3º. A função de coordenação será exercida sem prejuízo das atribuições do cargo de Defensor Público.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017.

Christiane Neves Procópio Malard

Defensora Pública-Geral

19 975317 - 1

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Expediente

ATO AGE Nº 2.118, DE 08 DE JUNHO DE 2017.

O ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 83, de 28/01/2005, no Decreto nº 45.771, de 10/11/2011 e na manifestação/sugestão demonstrados no despacho proferido pelo Corregedor da Advocacia-Geral do Estado nos autos (fls.198/verso) do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 74/2017, publicada no Diário Oficial “MG” em 21/03/2017: RESOLVE acolher as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante, instituída para apurar as responsabilidades administrativas da Procuradora do Estado NILMA ROGERIA CANDIDO, MASP 297.498-8, e determinar a aplicação de pena de REPREENSÃO, com fundamento no art. 244, inciso I, da Lei Estadual 869/1952.

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO, em Belo Horizonte, 08/05/2017.
ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR
Advogado-Geral do Estado

19 975325 - 1

ATO AGE Nº 2.119, DE 19 DE JUNHO DE 2017.

O ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições RECLASSIFICA nos termos do disposto no art. 3º da Lei Complementar n.º 81, de 10 de agosto de 2004 e no art. 5º da Resolução AGE n.º 29, de 23 de outubro de 2015, a Procuradora do Estado BIANCA MIZUKI DIAS DOS SANTOS, Masp 1.326.956-8, no Escritório Seccional de Pouso Alegre.

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO, em Belo Horizonte, aos 19 de junho de 2017.

ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR

19 975328 - 1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Pauta para a (1947ª) milésima noningentésima quadragésima sétima reunião ordinária à realizar-se em 22 de junho de 2017, às 14:00 hs, sala de reunião do 7º andar, da sede da Advocacia-Geral do Estado localizada na Rua Espírito Santo nº 495.1.Processo 483951080.0- Marcelra Regina Figueiredo Matos-Conselheira Fabiola Elias.2.Processo 782271080.7-Sérgio Ferreira Dias-Conselheiro Naldi Joviano.3.Processo 1124911080.0-Luiz Otávio Gonçalves-Conselheiro Eustáquio Mário.4.Processo 984521080.5-Cryzhiane Andrade Lineares-Conselheiro Eustáquio Mário.5.Processo 1209431080.1-Odete Mendes Ferreira-Conselheira Gabriela Ladeira.

19 975150 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel PM Helbert Figueiró de Lourdes

Expediente

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe atribuída pelo art.1 do Decreto n 45.835 de 23 de dezembro de 2011, EXONERA a pedido, nos termos do artigo 106, alínea a, da Lei n 869 de 05 de julho de 1952: do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo da Polícia Militar: CRISTINA BREGUNCCI PONTELLO FRUTOSOS, matrícula n. 165.324-5, Nível I, Grau A, a partir de 08/05/2017; TAMIRES ARES DE PAULA, matrícula n. 165.839-2, Nível I, Grau A, a partir de 18/05/2017; SANDRO JOSE LOURENÇO FERREIRA, matrícula n. 166.570-2, Nível I, Grau A, a partir de 18/05/2017; do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica: AMANDA DOS SANTOS REDA DE SOUZA, matrícula n. 168.011-5, Nível I, Grau A, a partir de 02/05/2017; LUCIO BATISTA MATA, matrícula n. 169.456-1, Nível I, Grau A, a partir de 03/04/2017; WAGNA APARECIDA VIEIRA BARBOSA, matrícula n. 161.020-3, Nível I, Grau A, a partir de 03/04/2017

14 974348 - 1

ATO DO COMANDANTE DO 56º BPM– CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE, pelo período de 05 dias, nos termos do Art.7º, inciso XIX; art.39, § 3º, art.10 § 1º, ADCT CF/88, ao nº 166.466-3, HEMEKLISON SILVA KAIZER, ASPM-1A, a partir de 23/05/2017;

19 975345 - 1

ATO DO COMANDANTE DO 36º BPM – CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art.7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o § 2º do art.2º da Lei 18.879, de 27/05/2010, ao Nº 167.150-2, HELEN CHRISTIE CARVALHO, ASPM -1A, a partir de 06/05/2017.

ATOS DO DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CTPM/ UBERLÂNDIA – CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, pelo período de 120 dias, nos termos do art.7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o § 2º do art.2º da Lei 18.879, de 27/05/2010, ao 169.793-7, MINISMEIRE RODRIGUES DOS SANTOS, PEB1A - 24, a partir de 16/05/2017.

19 975342 - 1

PMMG/10º RPM - EXTRATO DE PORTARIA Nº 110.594/2017-10-ºRPM - Processo Administrativo Disciplinar - PAD. Processado: Servidor Civil C.E.B., nº 128.560-0, Ocupante do Cargo PEB - Colégio Tiradentes Unidade Patos de Minas. Comissão Processante - Presidente Rosângela Braga de Oliveira, 3º Sgt PM. Membros: Patricia de Brito Rocha, PEB e Jussara Maura de Oliveira Costa Ferreira, ASPM. Patos de Minas, 14 de junho de 2017.

19 975283 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:

no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo inciso II, do artigo 1º, da Resolução n. 3.806, de 10/03/2005, avocada pelo inciso III, do artigo 1º, do Decreto n. 36.885, de 23/05/1995; e considerando o previsto na alínea “c”, do inciso XVII, do artigo 7º, da Resolução n. 4.452, de 14/01/2016, e,

REFORMANDO POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA E PLENAMENTE

1- de conformidade com alínea “c”, do inciso II, do art. 139, da Lei n. 5.301, de 16/10/1969, o Estatuto dos Militares do Estado de Mmas Gerais (EMEMG) c/c o artigo 45, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/1989, e artigo 69, da Resolução Conjunta n. 4.278, de 10/10/2013, resolve reforma por Incapacidade Física Definitiva e Plenamento o seguinte oficial:

-n. 057.403-8, Capitão PM QOR José Maria Noé Barbosa, CPF n. 304.572.116-87, partir de 28/04/2017, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 36, de 28/04/2017;

19 975047 - 1

ATOS DO DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – PROR-ROGA LICENÇA À GESTANTE, pelo período de 30 dias, nos termos do Parecer AGE 8.732/94, ao nº 167.118-9, DANIELLE GOMES FIGUEIROA DE OLIVEIRA , ASPM-1A , a partir de 19/06/2017;

19 975031 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: João Octacílio Silva Neto

Expediente

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Academia de Polícia Civil

Divisão de Recrutamento e Seleção

Portaria Nº 039/DRS/ACADEPOL/PCMG/2017

Concurso Público - Provimento 2014/1

Investigador de Polícia I – Edital 01/14

A Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do item 16.5 do Edital nº 01/2014;

Considerando que o referido concurso foi homologado por ato da Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, Portaria nº125/DRS/ACADEPOL/PCMG/2015, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 07 de agosto de 2015;

Considerando o disposto no art. 37, III, da Constituição da República de 1988, bem como o art. 36, § 4º da Lei Complementar 129/2013;

Considerando, finalmente, a conveniência e a oportunidade da prorrogação do certame;

Resolve:

Fica prorrogado por 2 (dois) anos, a contar de 07 de agosto de 2017, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Investigador de Polícia I;

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 14 de junho de 2017.

Ana Cláudia Oliveira Perry

Delegada Geral de Polícia

Diretora da Academia de Polícia Civil/MG

14 974332 - 1

POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS

Departamento de Trânsito de Minas Gerais

Edital de Notificação da Autuação da Infração de Trânsito
O Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/MG, na qualidade de Autoridade de Trânsito, com fulcro nos artigos 281 e 282, do Código de Trânsito Brasileiro, na Deliberação nº 66/04, do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN/MG, e na Resolução 404/12, do conselho nacional de trânsito - CONTRAN, e considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, devolveu as Notificações de Autuação por não ter localizado ou porque não houve comprovação de entrega aos proprietários dos veículos, notifica-os das respectivas infrações cometidas, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir desta publicação, para interporem defesa da autuação e/ou apresentarem o FICI - Formulário de Identificação de Conductor Infrator. Os editais das notificações de Autuação estão disponíveis no Portal do DETRAN/MG - www.detran.mg.gov.br
Edital número: 113100201706141

Rogério de Melo Franco A. Araújo

Delegado Geral de Polícia

Diretor do DETRAN/MG

Edital de Notificação da Penalidade de Multa
O Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/MG, na qualidade de Autoridade de Trânsito, com fulcro nos artigos 281 e 282, do Código de Trânsito Brasileiro, na Deliberação nº 66/04, do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN/MG, e na Resolução nº 404/12, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT devolveu as Notificações de Penalidade por não ter localizado ou porque não houve comprovação de entrega aos proprietários dos veículos, notifica-os das respectivas infrações cometidas, de competência do DETRAN/MG, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir desta publicação, para interporem recurso junto a JARI/DETRAN/MG. Os editais das notificações de penalidade estão disponíveis no portal do DETRAN/MG - www.detran.mg.gov.br
Editais números: 113100201706142

Rogério de Melo Franco A. Araújo

Delegado Geral de Polícia

Diretor do DETRAN/MG

Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações

“Boletim Informativo”

Nos termos e conformidade com os dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados, que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI/DETRAN-MG, julgou na data de 14 de Março de 2017 os recursos abaixo especificados, proferindo as seguintes decisões:
Recurso CNH. Nº. 017709-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4494701/2015
Resultado: PROVIDO - Redução penalidade 30 dias
Recurso CNH. Nº. 026464-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4698135/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 020506-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4738858/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 019908-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4799006/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 017268-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4801252/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 018301-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4904956/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 018547-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4302381/2015
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 025161-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:5040410/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 020458-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4922709/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 019799-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4886826/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 024607-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4647657/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 025368-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4960283/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 024654-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:4940782/2016
Resultado: NÃO PROVIDO
Recurso CNH. Nº. 028211-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG
Processo nº:5134831/2016
Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 025883-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:5072652/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 024596-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4915647/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 016634-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4722386/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 018722-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4428969/2015

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 023237-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4891148/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 025158-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:5051446/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 012828-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4383695/2015

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 021443-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4577693/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 021820-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:5059282/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 017736-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:4750784/2016

Resultado: NÃO PROVIDO

Recurso CNH. Nº. 025946-1/2016/1ªJARI/DETRAN-MG

Processo nº:5039954/2016

Resultado: NÃO PROVIDO